



Sobre o Dia Mundial da Alimentação: insegurança alimentar e fome no mundo e no Brasil

Renato S. Maluf
CPDA/UFRRJ
Rio de Janeiro, 14/10/2020

A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu, tempos atrás, que o dia 16 de outubro é considerado o Dia Mundial da Alimentação a ser celebrado em todo os países membros. De fato, nesse dia são realizadas as mais diversas atividades promovidas por organismos internacionais, governos, instituições de ensino, entidades da sociedade civil e mesmo pela iniciativa privada. O Brasil não é exceção, pois muitos eventos estão ocorrendo por todo o país neste 2020 apesar e também por causa das circunstâncias adversas.

Não há dúvida sobre a importância de haver um dia dedicado à alimentação, condição vital que ainda carece do reconhecimento de ser um direito de todos os seres humanos poderem acessar uma alimentação adequada e saudável, não importando as condições em que se encontram os indivíduos, famílias e grupos sociais. Contudo, mesmo tendo sido realizadas diversas cúpulas mundiais quando compromissos são assumidos pelos governos participantes, o mundo segue convivendo com patamares que oscilam entre 800 milhões e 900 milhões de pessoas sujeitas à fome aguda, aquela que mata, ou em condição de insegurança alimentar em que a fome oculta ou subnutrição mata aos poucos ao comprometer o desenvolvimento das pessoas, sobretudo crianças, como denunciou há décadas Josué de Castro.

O fato de o Prêmio Nobel da Paz ter sido conferido, este ano, ao Programa Mundial de Alimentação contribuirá, certamente, para os debates que se espera ocorrerão neste período. Afinal, associar o enfrentamento da fome, uma questão ética em si mesma, à promoção da paz constitui princípio político de grande significado, ainda que pouco exercitado. Na justificativa para a outorga do prêmio, a Academia Sueca elogia o programa por melhorar as condições para a paz e prevenir o uso da fome como arma de guerra. Cabe destacar a inflexão havida na atuação do PMA ao colocar em segundo plano a tradicional ajuda alimentar baseada na doação de estoques, no mais das vezes formados pela aquisição de excedentes de alimentos dos grandes países produtores, passando a comprar os alimentos a serem utilizados em programas alimentares dos agricultores dos próprios países beneficiários da ajuda. É reconhecida a influência nessa direção da experiência brasileira de compra de alimentos da agricultura familiar inaugurada no Governo Lula tanto na forma do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), quanto no abastecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Infelizmente, porém, as atividades do Dia Mundial de Alimentação no Brasil serão marcadas pela constatação dos graves retrocessos do país também nesse campo, claro, excluídas

eventuais iniciativas laudatórias do Governo Federal. A mais recente aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada nos anos de 2017 e 2018, indica uma clara reversão dos ganhos obtidos no período de 2003 a 2014 quando um conjunto diverso de políticas públicas com intensa participação social resultou no aumento da capacidade das famílias de acesso aos alimentos e, conseqüentemente, na redução significativa da insegurança alimentar e da ocorrência de fome. Os dados de 2017-2018 revelam os primeiros impactos do desmonte de políticas iniciado com o golpe de 2016 que destituiu a Presidenta Dilma, ao registrarem a redução das famílias em segurança alimentar para valores inferiores aos de 2004. Vale dizer, bastaram três anos (2016-2018) de recessão continuada e desmonte de políticas para o país regredir 15 anos (2018-2003). Destruir é bem mais fácil que construir, como se sabe.

Vamos aos números. Segundo dados da EBIA, entre 2004 e 2014, ampliou-se o percentual de famílias consideradas em segurança alimentar que chegaram a representar 77,4% do total, enquanto que em 2017/18 esse percentual caiu para 63,3%. A insegurança alimentar grave, condição em que há ocorrência de fome entre membros da família, afetava a 3,2% das famílias em 2014, indicador que permitiu retirar o país da vergonhosa condição de integrar o Mapa da Fome calculado anualmente pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Em 2017/18, a insegurança alimentar grave voltou a crescer chegando a atingir 4,6% das famílias. Vale dizer, naquele ano havia 3,2 milhões de domicílios nos quais seus mais de 10 milhões de moradores, inclusive crianças, passaram por privação alimentar severa significando convivência com a fome. Este percentual está muito próximo do patamar de 5% que recoloca o país no Mapa da Fome. Os demais graus de insegurança alimentar calculados pela EBIA (leve e moderada) também aumentaram entre 2014 e 2017/18.

Observe-se que esses dados ainda não captam os efeitos da pandemia que agravaram a condição da maioria da população afetada pelo aprofundamento da recessão, alta do desemprego, precarização do trabalho e insuficiência de renda. Além disso, o processo de desmonte de políticas iniciado no Governo Temer não apenas continuou como foi radicalizado no Governo Bolsonaro, de modo que não será surpresa se os dados relativos a 2020, quando disponíveis, mostrarem o retorno à situação de insegurança alimentar na qual a fome volta a ser uma mazela endêmica, o país retorna ao Mapa da Fome, enquanto segue na condição de ser um dos maiores produtores mundiais de alimentos.

Importa registrar que fez parte do desmonte, já no primeiro ato do Governo Bolsonaro, a revogação autocrática de artigos da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional aprovada em 2006, resultando no fechamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento da Presidência da República recriado nos primeiros dias do Governo Lula. Com o desaparecimento desse espaço de participação social desapareceu também sua contra-parte governamental que era a Câmara Interministerial de SAN. Não obstante, muitos Conselhos Estaduais e Municipais de SAN e órgãos inter-secretarias persistem nessas duas esferas de governo, bem como a articulação de um grande número de entidades da sociedade civil, todos engajados em intensa mobilização por todo o país. Atos, campanhas e debates estão sendo realizados com diversos enfoques e bandeiras, com destaque para o lema "Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por direitos e soberania" lançado pelo CONSEA, em 2015. Uma Conferência Nacional Popular, Autônoma e Democrática

por Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional está sendo organizada para ocorrer tão logo acabe o isolamento social imposto pela pandemia.

A aparente apatia e, mesmo, resignação frente aos descabros que abundam no país, auxiliada pela política editorial da mídia corporativa, não deve obscurecer o importante dinamismo social relacionado com os alimentos e a alimentação e, por certo, também em outras áreas. A questão passa a ser, então, como perceber, dar visibilidade e compreender essas formas de resistência e de contra-ofensiva dispersas, portadoras de novas pautas e outras formas de fazer política, ao mesmo tempo em que podem acarretar a fragmentação de demandas em torno de uma mesma temática geral. Igualmente importante, há que registrar a dificuldade de ter essas dinâmicas captadas e canalizadas para o âmbito político-institucional, notadamente, por intermédio dos partidos políticos, inclusive como constitutivas de proposições mais gerais para o país.

A propósito, e por fim, as próximas eleições municipais remetem ao importante papel cumprido pelas administrações municipais no campo da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável. É possível atuar, no âmbito municipal, em todas as dimensões relevantes envolvidas por esses objetivos, havendo inúmeras experiências que atestam essa possibilidade. Neste momento, o Coletivo Organizador da Conferência Nacional difunde a Carta Aberta “Por Sistemas Alimentares saudáveis e sustentáveis em nossas cidades”, com propostas para a atuação municipal organizadas em sete eixos: (i) dinamização de circuitos de abastecimento popular; (ii) acesso à alimentação e enfrentamento da fome; (iii) preservação dos bens comuns e da biodiversidade; (iv) comida como patrimônio, conhecimentos tradicionais e cultura; (v) saúde, alimentação e nutrição; (vi) fortalecimento do SISAN; (vii) ordenamento urbano. A conferir o êxito na inclusão desse tema nas plataformas eleitorais dos candidatos ao Executivo e Legislativo municipais e, claro, nos programas de governos e mandatos que saírem vencedores das urnas.